

ENFRENTA O BANZEIRO QUE HOJE TEM AULA: CONDIÇÕES DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL NO BAIXO AMAZONAS

FACE THE BANZEIRO BECAUSE TODAY THERE IS CLASS: CONDITIONS OF RURAL SCHOOL TRANSPORT IN THE LOWER AMAZONAS

*Samuel Anselmo Filho¹
Eulina Maria Leite Nogueira²*

RESUMO: O transporte escolar no Amazonas é a principal política pública para que milhares de alunos tenham acesso à educação nas áreas rurais. No município de Parintins, os alunos usuários dessa política necessitam enfrentar um longo trajeto para chegar às salas de aulas, o que instiga a investigar se aspectos que envolvem esse trajeto influenciam no processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Assim, este estudo, que compõe os resultados de uma pesquisa de mestrado, tem como objetivo analisar as condições do transporte escolar que realiza o trajeto dos alunos para as escolas do Complexo Zé-Açú, no município de Parintins, no estado do Amazonas, bem como sua relação com o processo educacional das crianças do ensino fundamental na região amazônica. Para isso, a pesquisa se apropriou do enfoque qualitativo, com a coleta de entrevistas semiestruturadas de sete professores da comunidade do Bom Socorro do Zé-Açú. Os critérios de inclusão foram: ser professor da escola pelo menos há dois anos e estar em pleno exercício de suas atividades. Os resultados apontam para um descaso na operacionalização do transporte escolar, o que reflete a realidade das inúmeras escolas do campo do estado do Amazonas.

Palavras-chave: Educação do campo, Políticas públicas, Transporte escolar.

INTRODUÇÃO

A educação do campo em Parintins tem seu processo histórico imbricado na luta em defesa das águas e dos recursos naturais. Ao percorrer esse trajeto, percebe-se a importância do rio nas vidas das populações tradicionais locais, que, entre

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades pelo Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente pela Universidade Federal do Amazonas, Graduado em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia/UFAM e formado em Administração pela Universidade Norte do Paraná. Email: samuelanselmofilho@gmail.com. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/5563688138761070>.  <https://orcid.org/0000-0002-3339-1680>.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Possui graduação em Licenciatura em Estudos Sociais, História e Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é professora adjunta do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente/UFAM. Email: eulinanog@hotmail.com. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/7518673342621764>.  <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>.

banzeiros³ e correntezas, têm seus destinos e sentenças no princípio e no fim das águas: uma composição que entoa a história da educação do campo, protagonizada por ribeirinhas⁴ e ribeirinhos, seguindo o roteiro escrito pelo rio.

Nessa região, a educação do campo foi inspirada na luta coletiva, permeada por lutas, conflitos, entaves, permanências e dificuldades que vêm compondo esse processo do cenário educacional do campo no Amazonas. Um dos fatores que contribuem para esse cenário é a descaracterização das particularidades do campo, uma vez que a Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a heterogeneidade. A ausência de reconhecimento dessas nuances incide diretamente no processo de ensino e aprendizado, que se distancia da realidade do campo, haja vista que as escolas reproduzem um modelo pedagógico como uma única forma de entender e trabalhar os processos formativos, caminhando em sentido oposto ao que vêm sendo defendido pelo movimento por uma educação do campo.

Nesse cenário, o acesso à educação revela condições peculiares, pois, distante da realidade dos meios de transportes e caminhos para a escola da área urbana, o transporte rural é realizado por pequenas embarcações, que percorrem rios e igarapés como trajeto de alunos até as escolas do campo. Assim, “enfrenta o banzeiro que hoje tem aula” vai além de uma mera expressão, pois evidencia um dos componentes reais do cotidiano de centenas de alunos que necessitam do transporte escolar para ter acesso à educação e à inclusão social nas áreas rurais do Amazonas.

Em decorrência desse aspecto, o uso de embarcações para o transporte escolar no Brasil é previsto pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (BRASIL, 2004) nos seguintes termos:

Os alunos podem ser transportados em embarcações nas localidades onde o transporte fluvial ou marítimo (rios, lagos, lagoas, oceano) for necessário. Todas as embarcações usadas no transporte escolar devem estar equipadas com coletes salva-vidas na mesma proporção de sua capacidade, ter registro na Capitania dos Portos e manter a autorização para trafegar em local visível. Recomenda-se, ainda, que a embarcação possua: cobertura para proteção contra o sol e a chuva; grades laterais para proteção contra quedas; boa qualidade e apresentar bom estado de conservação (BRASIL, 2004, p. 7).

Diante da necessidade de os alunos percorrerem como mais rapidez as distâncias e usufruírem melhor do tempo em sala de aula, o Fundo Nacional da Educação (FNDE) afirma que foram distribuídas, em todo o país, cerca de 938 lanchas escolares, através do Programa Caminho da Escola (BRASIL, 2017).

Assim, tendo em vista compreender de que forma o trajeto e a rotina das viagens influenciam no processo de ensino e aprendizagem, este estudo teve como objetivo analisar as condições do transporte escolar que realiza o trajeto dos alunos

³ Movimento das águas no rio semelhante às ondas do mar.

⁴ Povos tradicionais que habitam as regiões do interior do Amazonas.

para as escolas do Complexo Zé-Açú, no município de Parintins, no estado do Amazonas, bem como sua relação com o processo educacional das crianças do ensino fundamental na região amazônica.

O Complexo Zé-Açú está localizado a 12km de distância da cidade de Parintins, município popularmente conhecido como “Ilha Tupinambarana”, em referência aos antigos habitantes do arquipélago - os índios tupinambás. O lócus da pesquisa foi a comunidade Bom Socorro do Zé-Açú, onde está localizada a escola que atende a alunos de mais de 11 comunidades desse Complexo.

Para guiar a construção deste estudo, adotou-se o enfoque teórico-metodológico fundamentado na tradição do materialismo histórico dialético. Esse método permitiu entender, por intermédio das categorias sociais, que o processo de ensino e aprendizagem não ocorre de forma isolada, pois sofre influências de diversos outros fatores.

Para sustentar a análise crítica dos dados obtidos, foram consideradas duas categorias: totalidade e contradição/dialética. A categoria totalidade permitiu estudar o fenômeno em seu contexto e movimento, ciente de que isolar o fenômeno é privá-lo de sentido, de explicação e conteúdo. Nesta pesquisa, a necessidade de explorar essa categoria foi importante para se apreender o contexto da educação do campo e compreender os desdobramentos das políticas públicas de transporte escolar e seus impactos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Por sua vez, a categoria contradição foi estrado de suporte para se entender que, dentro do estudo das políticas públicas, há contradições que precisam ser analisadas e refletidas, considerando-se sua aplicação, aspectos sociais, econômicos e ideológicos (GADOTTI, 2012).

A presente pesquisa se apropriou do enfoque qualitativo, com base em um estudo de caráter exploratório e descritivo, fundamentado em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, com coleta de entrevistas semiestruturadas de sete professores da comunidade do Bom Socorro do Zé-Açú. Os critérios de inclusão foram: ser professor da escola há pelo menos dois anos e estar em pleno exercício de suas atividades. Convém destacar que, para manter o anonimato, os professores participantes estão denominados com nomes de rios da região do Amazonas.

Destarte, esta pesquisa se reveste de relevância acadêmico-científica e social, pois lança o olhar para além dos muros da universidade, em busca de repostas para questionamentos que circundam os baixos índices de educação das áreas rurais. Além disso, o presente trabalho pode trazer significativas contribuições para os processos de ensino e aprendizagem, dando-lhes visibilidade, de maneira descolada das paredes institucionais.

Para o debate científico, este estudo será útil como fundamento para novas pesquisas, dada a carência de trabalhos que problematizam o transporte escolar rural como fator influenciador no processo educacional. Além disso, o estudo pode contribuir para a (re)orientação e/ou construção de políticas públicas que conversem

com a realidade local, com as necessidades do campo, a fim de construir alternativas para a inclusão dos alunos.

ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE BOM SOCORRO

A comunidade Bom Socorro tem seu processo socio-histórico similar ao da colonização do interior da Amazônia. Reis (2008) afirma que esse processo está ligado à missão evangelística da igreja católica, em busca de almas para catequização nas comunidades rurais. Nesse contexto, Bom Socorro guarda semelhança com a história da origem das comunidades rurais amazônicas. Porém, no que se refere ao seu ordenamento social e político, percebe-se que essa comunidade possui peculiaridades que moldam suas vivências.

Atualmente, Bom Socorro possui cerca de 400 famílias e tem infraestrutura diferenciada das outras comunidades rurais. As ruas pavimentadas, luz elétrica, água encanada, posto policial, escola e organização política são características que a diferenciam. Para os moradores, tamanho desenvolvimento é decorrente da articulação comunitária com diversos outros campos, sejam públicos ou privados. Por todas essas conquistas, pode-se afirmar que Bom Socorro é uma comunidade singular, que apresenta particularidades próprias. Silva (2015) comenta que Bom Socorro se diferencia das demais comunidades rurais do município de Parintins não só por

[...] ter uma paisagem típica de pequena cidade na sua composição, mas também pela própria apropriação de hábitos e costumes típicos da cidade, visto que os modos de vida foram alterados. Fato este visível em função de as atividades antes totalmente ligadas ao campo na atualidade apresentarem uma diversidade na forma de trabalho dos comunitários (SILVA, 2015, p. 70).

A comunidade recebe moradores de outras 11 comunidades em busca de serviços básicos; dessa forma, Bom Socorro é uma Comunidade Núcleo na região do Lago do Zé-Açú; concentra o maior número de moradores e sua localização é propícia para a passagem de embarcações. Para quem chega de barco, a vista central é a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Fig.1); atrás da igreja está localizada a Escola Municipal Minervina Reis Ferreira, que oferece o ensino fundamental regular e ensino médio por mediação tecnológica, atendendo aos alunos da própria comunidade e das outras 11 comunidades ligadas a Bom Socorro.

Figura 1 – Visão para quem chega na comunidade



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

A economia local da comunidade hoje está baseada na baixa produção de farinha, cultivo de frutas e pesca. Segundo dados cedidos pela Diretoria da Comunidade, a última ação para o Programa Social Bolsa Família revelou que 92% dos habitantes estão inclusos nesse Programa, sendo este responsável pela movimentação financeira da comunidade. Silva (2008) destaca a importância do Programa Bolsa Família na vida de famílias beneficiárias, salientando que este tem sido capaz de melhorar a situação imediata de famílias por meio da transferência de renda.

No tocante ao aspecto cultural, a comunidade tem o período festivo nos meses de julho e setembro, quando são apresentadas quadrilhas, danças de pássaros e o boi-bumbá. Além dessas festas, no mês de junho há um grande festejo em honra a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Com relação aos aspectos políticos, os moradores de Bom Socorro possuem uma forma diferente de organização: a comunidade é dividida entre moradores e comunitários. Os comunitários são os indivíduos que ativamente participam de reuniões na comunidade e possuem uma carteira de pagamento mensal; os moradores, por sua vez, não possuem tais vínculos. Estima-se que, do quantitativo de 400 famílias, 90% são comunitários. Ainda que haja tais diferenças, todos os indivíduos que habitam o perímetro da comunidade possuem acesso de forma igual aos serviços públicos; os que moram fora desse perímetro precisam se deslocar até a sede da comunidade.

A verba captada pelos comunitários é revertida para subsidiar a alimentação dos policiais, a limpeza da comunidade e demais gastos coletivos. Esse tipo de comportamento político tem caracterizado as conquistas estruturais da comunidade, sendo estas marcadas por moradores que buscam o fazer pelas próprias mãos. Todavia, Behring (2003) afirma que esse ato, além de desresponsabilizar o Estado, despolitiza

as relações sociais, deslocando a questão social da esfera pública e inserindo-a no campo do assistencialismo e da filantropia.

Tal racionalidade caminha em direção ao caráter neoliberal, sustentado na tese de que o mercado é o principal e insubstituível meio regulador social, enfatizando-se a defesa de um Estado mínimo (BEHRING, 2003). É nessa conjuntura que se projetam a exclusão e o combate a políticas macroeconômicas de responsabilidade do Estado e de caráter defensivo aos direitos humanos, o que compreende a incumbência de - antes da mobilização popular - oferecer condições dignas de vida, seja na área urbana ou rural.

CONDIÇÕES DO TRANSPORTE ESCOLAR NA COMUNIDADE BOM SOCORRO

Raízes caboclas e tradicionais se entranham e sobrevivem aos avanços do mundo nos caminhos desse rio onde muita história tem sido contada. Diversas são as vozes que compõem o hino da resistência das populações ribeirinhas amazônicas: são indivíduos que, desde cedo, aprenderam a entender o tempo do rio, da mata, da terra, o tempo da vida que passa em outra frequência.

Nessa realidade, ensinar e aprender tem sido o constante desafio da educação para professores, alunos e profissionais envolvidos nesse processo. Assim, tendo em vista compreender de que forma essas peculiaridades moldam a efetividade da política pública para educação do campo, este tópico apresenta alguns relatos que resgatam a operacionalidade do transporte escolar na comunidade do Bom Socorro do Zé-Açú.

Nesse sentido, questionados quanto ao seu conhecimento em relação a algum programa ou política referente ao transporte escolar, os profissionais responderam:

Olha conhecer algo específico não conheço, o que eu sei é apenas que o transporte escolar aqui é pela prefeitura e que é realizado por barco e ônibus, mas se tem política pública eu desconheço (RIO URUPADI).

Assim, eu não sei se chega a ser uma política pública, acredito esteja mais para um projeto aqui do município que recebe repasse, mas acredito que seja do município porque tudo que acontece quando para o transporte escolar é resolvido em Parintins com o secretário (RIO MAUÉS AÇÚ).

Como se pode observar nas falas supracitadas, os profissionais foram unânimes ao afirmar que desconheciam qualquer política ou programa que compõe o transporte escolar. Nesse viés, Ribeiro e Estelles (2009) afirmam haver um conjunto de fatores que limitam e dificultam a prestação do serviço de transporte escolar, destacando a falta de qualificação dos condutores e a ausência de estrutura de apoio da escola. O fato de os professores desconhecerem uma política de extrema relevância para o acesso dos alunos da comunidade à educação desponta como um dos fatores contribuintes para que não se conheçam meios legais de reivindicar melhorias para a realidade dos estudantes.

Além disso, tal desconhecimento contribui para a sobreposição do urbano em relação ao rural, aprofundando-se o descaso em relação ao acesso de informações e meios para a participação política. Essa realidade tem sido vivenciada desde a extinção das classes multisseriadas, quando houve a implantação do transporte escolar nessas localidades, sem a democratização do conhecimento de tal política e de seus respectivos programas.

Gavioli (2016) considera que, a partir do momento em que o transporte escolar passou a fazer parte do cotidiano dos alunos, suas vidas sofreram uma brusca mudança. Ao analisar a percepção dos pais com relação ao transporte escolar, a autora afirma que, após o encerramento das classes multisseriadas, os alunos passaram a ter a maior parte do dia viajando e enfrentando dificuldades, o que interfere no desenvolvimento do aprendizado, tanto na escola quanto nos afazeres do campo.

A chegada dos alunos na sala de aula após as viagens, seja de barco ou de ônibus, revela uma disparidade em relação aos alunos residentes na comunidade onde a escola está situada. A fim de compreender essa realidade, foi questionado aos professores se eles percebiam diferenças no aprendizado, quando comparado o desempenho escolar dos alunos que utilizam o transporte escolar em relação aos outros. Quanto a isso, os professores destacaram:

A questão do aprendizado deles é muito baixa porque eles são alunos que já vieram de série multisseriadas destas comunidades menores. Então aqui a gente encontra alunos do 5º ano que não sabe nem escrever o nome, muito menos calcular, principalmente na matemática, encontramos muita dificuldade (PARANÁ DO RAMOS).

Eu sinto muita diferença, porque assim quando um aluno não vai ou falta, principalmente os alunos do transporte, na maioria das vezes não tem como revisar as aulas, então tem assunto que já vai ficando pra trás, e eu vejo que a principal dificuldade deles está aí, de justamente não acompanhar todas as aulas, porque eles são alunos que faltam bem mais (RIO MAUÉS-AÇÚ).

Dentre as principais questões levantadas entre os profissionais e professores, destacam-se as dificuldades relacionadas ao acompanhamento escolar anterior dos alunos e as constantes faltas às aulas. A primeira fala resgata o aprendizado que antecede a chegada do aluno ao ensino regular; o acompanhamento anterior pelas classes multisseriadas é permeado por um complexo de precarizações, que vão desde salas com o mínimo de ambiente qualitativo de aprendizagem, “formação de professores inadequados, presença de professor leigo em sala de aula, material didático incompatível, e instalações físicas que em sua maioria precárias” (LEINEKER; ABREU, 2012, p. 10).

Como evidenciado na fala do professor, o atraso no aprendizado e as constantes faltas produzem entraves para o desenvolvimento escolar dos alunos. Essas dificuldades são aprofundadas pela ausência do acompanhamento mais próximo, por parte dos professores, uma vez que, na comunidade, há uma cultura muito peculiar

de “que mesmo que esteja fora do tempo de aula, os alunos ao sentirem dúvida vão bater à porta da casa do Professor, e isso os alunos do transporte não podem fazer, sendo esse momento de tirar dúvidas refletido nas notas” (RIO URUPADI).

Há que se destacar que as faltas dos alunos, na maioria, não são resultantes de seu desinteresse em frequentar a escola, pois o atraso escolar e as faltas se devem ao fato de que as instituições são demasiadamente distantes de seus domicílios (SILVA, 2008). Tal afirmativa é comprovada pela fala do professor, abaixo destacada, que responde ao questionamento sobre as diferenças entre esses alunos:

Nem todos os alunos moram na comunidade, tem alunos que precisam andar de 2 a 3 quilômetros dentro de ramais e matas pra chegar até o ponto de embarque. Aqui os alunos transporte escolar só estudam pela parte da manhã, então esse aluno tem que sair muito cedo da casa dele pra chegar até o local onde ele pega o barco ou o ônibus, esse trajeto influencia muito e gera muito mais dificuldades no aprendizado quando comparados aos outros alunos (RIO MAUÉS-AÇÚ).

O relato apresentado desvela a realidade da educação rural e do transporte escolar, sobretudo das múltiplas jornadas de crianças que, desde cedo, têm uma rotina carregada de desafios. No palco de suas infâncias, podem-se presenciar atos definidos: primeiro o trabalhar, seguido da ida à escola e, por fim, no fim do dia, na boca da noite, o brincar, sendo a “infância o resíduo de um tempo que está acabando” (RIBEIRO, 2012, p. 177).

A rotina exaustiva para esses estudantes é a marca de suas vivências, sendo o trabalho um traço marcante em suas vidas desde a infância, seja na pesca, nos serviços domésticos, nas plantações e/ou na criação de animais. Na realidade dessas crianças, o cumprimento de tais atividades tem certa prioridade no seu cotidiano, sendo elas um desenho de seu futuro.

Essa precoce e cansada rotina molda sua luta, seu lugar de pertencimento, que deve ser condizente com o discurso que deve prevalecer na sua relação com o seu desenvolvimento escolar, o qual tem o dever de remontar os princípios da educação do campo. Assim, por meio do ensino, faz-se necessário recuperar os vínculos entre educação e terra, vida, cotidiano de existência, “porque não podemos supor que só se educa na escola. Escola sim, mas vinculada ao mundo do trabalho, da cultura, ao mundo da produção, vinculada à luta pela terra, ao projeto popular de desenvolvimento do campo” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 14).

No que diz respeito ao transporte e a sua vivência escolar, o cotidiano desses estudantes deve ser pautado nesses princípios, a fim de promover a consciência crítica e libertadora. Porém, acessar esses conteúdos se torna cada vez mais difícil em meio a esse cenário, pois os fatores que condicionam sua ida à escola não impactam apenas no desenvolvimento escolar, mas também recaem sobre o seu comportamento social.

A fim de entender como suas relações sociais interferem no desempenho escolar, foi questionado aos professores sobre os aspectos comportamentais dos alunos, obtendo-se as seguintes respostas:

Os alunos que vem das outras comunidades, os alunos do transporte como costumamos chamar, eles são mais acanhados, eles possuem pouca participação nas aulas porque eles sentem um medo de falar como os outros, conversam bem menos. Nas atividades de sala, por exemplo em uma roda de conversa, eles possuem muita dificuldade com a comunicação, são muitos tímidos, o que vai impactar diretamente na aprendizagem deles (RIO APOCUITAUA).

Acredito que a principal característica destes alunos é a timidez, são extremamente fechados, conversam apenas entre eles e dificilmente participam de atividades que precisam falar na frente dos outros colegas. E assim, atividades que exigem leitura eu evito porque a maioria deles não domina muito bem a leitura e eu percebo que eles possuem muita vergonha por conta disso, eles ficam ansiosos e nervosos quando percebem que tem algo assim na sala (RIO URUPADI).

Os relatos descrevem um comportamento intrínseco a esses alunos. No decorrer das entrevistas com os professores, ficou claro que os alunos enfrentam uma série de barreiras para interagir com tranquilidade em sala de aula. Um dos aspectos que explica o distanciamento das atividades que exigem maior interação é a timidez demasiada, em consequência das constantes faltas nas aulas, o que impede a total interação com os demais alunos e professores. Esse é um dos principais pontos que impactam no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Buscando entender se esse comportamento influenciava na prática do docente, questionou-se aos professores se eles encontravam dificuldades para desenvolver seu trabalho com os alunos, sendo evidenciado que:

Sendo bem sincero, hoje pela experiência que eu tenho dando aula aqui não sinto tanta dificuldade, porque eu aprendi a contornar estas dificuldades, mas no início eu não sabia lidar com esses alunos, porque você se depara com duas realidades, e praticamente você tem mais de dez classes em uma, até porque tem aluno do transporte escolar que vem da nucleação⁵ e não sabe ler e escrever o nome (PARANÁ DO LIMÃO).

Eu sinto algumas dificuldades, até porque não são todos, mas a maioria que vem da nucleação para sala de aula não sabe ler, escrever, e fazer contas básicas, e são esses alunos que são os do transporte escolar. Além disso, eles saem muito cedo de casa e já chegam na sala muitos sem entusiasmo, e eu como Professora me vejo na obrigação de criar alguma metodologia, alguma coisa pra incentivar esse aluno. Mas é difícil, muito difícil, porque eles são alunos que não são incentivados pelo país, são alunos que vem de barco pra cá, são crianças que trabalham junto com os pais desde cedo, e a escola nesse meio termo tem que ser a grande motivadora deste aluno (PARANÁ DO RAMOS).

⁵ A nucleação se configura como o deslocamento dos alunos das redes municipais de ensino das escolas do campo, localizadas em áreas rurais remotas, que possuem baixo número de alunos matriculados. Em geral, adotava-se o modelo de ensino estruturado por classes multisseriadas nessas escolas.

Nesses relatos, os professores destacam que, dentre as dificuldades para desenvolver os trabalhos em sala de aula, encontra-se a falta de entusiasmo dos alunos; a causa resultante dessa desmotivação é a rotina exaustiva, dividida entre estudo e trabalho. Em adendo, outras dificuldades foram detectadas, uma das quais foi a ausência de material didático, como aponta o relato abaixo:

Por eles virem da nucleação eu sinto as dificuldades que são inerentes a estes alunos, mas com relação ao que eu vivencio em sala de aula, percebo que o ponto é na distribuição de materiais didáticos. Aqui quando vem livros quem pega primeiro são os alunos da comunidade, isso durou por muito tempo e ainda tem alguns professores que fazem esse tipo de divisão. Porém, eu não dou livro pra nenhum aluno, porque eu sei que se der pros alunos daqui da comunidade não vai ter pra eles do transporte, então sempre faço tudo dentro de sala de aula (RIO ZÉ AÇÚ).

A ausência de material didático é um aspecto revoltante da educação, resultante das indiferenças do Estado em relação aos alunos do campo. Esse cenário tem sido reafirmado de maneira omissa e desrespeitosa, pois não se trata apenas de material didático para um aluno, mas de reafirmar para eles, sobretudo aos que utilizam o transporte escolar, seu lugar de esquecimento na ótica do capital.

Molina (2008) acrescenta que, para além da inoperância do Estado, essa realidade se relaciona à forma com que a educação do campo sempre foi tratada, vista como “restos” do sistema educacional presente nas escolas urbanas. Além dos materiais didáticos, esse tratamento recai sobre as instalações e, segundo afirma Gavioli (2016, p.17),

[...] principalmente sobre a formação precária e o acompanhamento quase inexistente dos professores em exercício; bem como se considerando o capital sociocultural em jogo, consequência do isolamento e desamparo histórico a que tem sido submetida à população do meio rural.

Na ausência dos instrumentais necessários, os professores se desdobram para que o aluno obtenha o máximo de aproveitamento durante sua ida à escola, como se pode verificar no seguinte relato de uma professora, quando questionada sobre a necessidade de adaptar sua prática profissional:

Eu vivo me adaptando a estes alunos, em geral as atividades que faço sempre são dentro de sala de aula, e os mais prejudicados no ensino são os alunos do transporte. Então quando eles vêm para sala de aula eu tento o máximo ensinar eles, e quando tem alguma atividade que eu não consigo concluir eu tento ao máximo priorizar eles, porque nem eu sei quando eles vão voltar, pois eles dependem do transporte pra aprender eu da mesma forma para ensinar (PARANÁ DO LIMÃO).

Segundo a professora, os alunos que usam o transporte escolar não frequentam as aulas assiduamente; conseqüentemente, necessitam de maior atenção e aproveitamento quando se fazem presentes na escola. Vale destacar que as faltas desses

alunos não são resultado de sua desmotivação, mas de uma série de irregularidades e inconsistências na operacionalidade do transporte escolar

Com relação a esse aspecto, quando questionados sobre a efetividade do transporte escolar, os professores assim comentaram sobre as irregularidades no transporte dos alunos:

O que mais vemos são falta de combustível, quebra peça de ônibus, do barco, passa dois, três dias sem funcionar, e o mais triste é que eles se acostumam a até nós que não deveríamos, mais acabamos acostumando. Além disso, passa muito assim despercebido, mas no transporte não tem monitores durante o percurso, os alunos vão sozinhos com o motorista, não usam colete, as vezes se espalham no barco e eu acho bem perigoso (RIO ZÉ AÇU).

Teve tempo aqui que os alunos já perderam uma semana se aula por conta de peça quebrada, outra situação que aconteceu em 2019 foi que a ponte do ramal quebrou e os alunos não podiam passar. As vezes falta combustível por conta de atraso da prefeitura, daí os transportadores tem que ir até Parintins e reunir com o secretário, aí quando eles disponibilizam o combustível eles voltam novamente, e nisso para cerca de dois a três dias as aulas para esses alunos, fora tempo de chuva que os alunos chegam muito atrasado (RIO URUPADI).

Os relatos apresentam nitidamente o cenário em que se encontra o transporte escolar antes da suspensão das aulas. Quando os professores afirmam que as aulas são interrompidas em torno de dois a três dias, estão afirmando essa interrupção excepcionalmente para os alunos do transporte escolar, pois as aulas não param para os demais. Porém, houve um período em que a operacionalidade dos veículos e embarcações era satisfatória, como relatou um professor:

Logo no início, o transporte escolar ele era muito bom porque os transportadores recebiam todo o apoio, o pagamento era em dia, o combustível era em dia, assim os alunos não tinham aquela justificativa de faltar por conta do transporte. E hoje, dentre muito problemas está o atraso de salário, o transportador fica de três a quatro meses sem salário, e ainda que esse transportador queira ajudar não tem como, porque eles não têm como cobrir o diesel, comprar peça, essas coisas (RIO MAUÉS AÇÚ).

A fala acima remonta um cenário de intervenção de terceiros na operacionalidade do transporte escolar, uma vez que ficou evidente a interferência de transportadores e da escola na compra de peças e combustível para os alunos não faltarem aula, um fato semelhante ao que se tem vivenciado no atual cenário da pandemia. Vale ressaltar que as despesas e custos para manutenção dos veículos e embarcações são de inteira responsabilidades do Estado, sendo preocupante e fora de descompasso legal essas intervenções (BRASIL, 2009).

Diante de tais irregularidades, é necessário conhecer como os alunos afetados encaram essa realidade. Nesse sentido, questionou-se aos professores se os alunos

costumavam relatar e justificar dificuldades nas atividades escolares em decorrência do trajeto para chegar até a escola. Foram obtidas as seguintes respostas:

Os alunos falam bastante sobre as dificuldades deles, eles sempre justificam que chegaram atrasados, que não fizeram tarefas. Porque assim, seria muito mais fácil se a casa de cada aluno fosse na beira da estrada ou do rio, mas as casas deles na maioria das vezes adentram ramais, e tanto o ônibus quanto o barco passa apenas na frente, então mesmo que o transporte venha, esse aluno não consegue se deslocar da casa pra pegar o transporte (RIO URUPADI).

Tem muito aluno que mesmo com o transporte ativo não vinha na aula, e eles sempre falavam que embora o transporte passasse na frente do ponto de embarque, eles não conseguiam chegar a tempo, principalmente em dia de chuva, porque tem aluno, no caso eu tenho três alunos que são irmãos, e eles moram dentro de uma cabeceira, bem distante do ponto de embarque (RIO UAICURAPÁ).

O trajeto em embarcação, por via fluvial, é realizado a partir de pontos de embarque definidos pelo transportador; em geral, o critério é relacionado à acessibilidade do barco, pois há lugares em que o acesso à casa do aluno é difícil. No relato acima, a professora fala de um aluno que mora em uma “cabeceira”, isto é, pequenos riachos característicos da região amazônica, inacessíveis por barco, sendo apenas possível chegar até a margem por canoa (SILVA, 2015).

Para os alunos chegarem até o ponto de embarque é extremamente difícil e arriscado, pois eles enfrentam grandes caminhadas por caminhos que não são estradas, sendo alto o contato com animais peçonhentos. Além disso, nos dias de chuva, percorrer o caminho que antecede o embarque fica mais tortuoso.

Gavioli (2016) afirma que faz parte da rotina de estudantes da área rural tomar chuva e voltar para casa porque o transporte não passou. Com relação a essa rotina, os professores destacaram:

É uma rotina pesada, porque estamos falando aqui de crianças que estão no ensino fundamental, o transporte escolar só opera para alunos de 1º a 5º ano, então é só imaginar a faixa etária, e sim, são alunos que não comem antes de chegar aqui, que não dormem direito e que em grande parte trabalham com os pais (RIO MAUÉS AÇÚ).

Eu fico meio emocionado, porque isso não deveria ser rotina de uma criança, nós estamos falando de crianças, eles não chegavam a falar, mais eu escutava muito de alguns alunos que tinham que acordar 4:30 da manhã para conseguir chegar no ponto de embarque, tinha aluno que falava que só fazia chegar em casa e dormia de cansado, agora acrescenta além de tudo isso o trabalho com os pais (RIO ZÉ-AÇÚ).

De fato, é uma rotina pesada para um aluno, sobretudo para uma criança. Todavia, ainda que o PNATE preveja o acompanhamento no trajeto desses alunos por

um monitor (BRASIL, 2009), na realidade, desde o início do trajeto no transporte não há nenhum monitor que realize o percurso junto ao aluno.

Gavioli (2016) afirma que esses fatores talvez sejam um dos motivos de os estudantes apresentarem desinteresse, desânimo, sendo meros reprodutores de conhecimentos na sala de aula, sem ter noção para o que servem, ou mesmo como utilizá-los no seu dia-a-dia.

Diante dos riscos que os alunos enfrentam, da inoperância do transporte escolar, das constantes interrupções nas aulas, da ausência de material didático compatível para todos e da pesada rotina, é inevitável considerar que esses fatores influenciam no desempenho escolar dos alunos. Questionados se acreditavam que as viagens influenciavam no processo de ensino e aprendizado, os professores responderam:

Com toda certeza, são alunos que não descansam completamente, quando você analisa por exemplo os alunos do transporte escolar com os alunos que moram aqui na comunidade, você percebe que eles estão muito atrás ainda. Até porque são realidade diferentes, tem aluno que não se alimenta direito, tem aluno que não dorme bem, tem aluno que a única refeição é a que tem aqui na escola (RIO ZÉ AÇÚ).

Influencia e muito, não é só chegar na sala, mas o aprendizado é influenciado em como você chega em sala de aula. Então, se um aluno chega cansado porque não dormiu bem, molhado porque pegou chuva, se o aluno chega com fome, como que isso não vai influenciar nas atividades? Eu vejo essas crianças com muita vontade de aprender, porque a rotina delas é muito difícil e cansativa (PARANÁ DO LIMÃO).

A hora do sono diminui muito, o corpo padece, a questão física, alimentação, muitos saem de casa sem tomar café, tem aluno que chega aqui e a única refeição é a merenda escolar disponibilizada pela escola. O corpo cansado, fraco, isso gerado pelas viagens, impacta muito no ensino aprendizagem (RIO URUPADI).

O corpo cansado, a mente enfraquecida... A fome causa dor, afeta o aprendizado. Um aluno com fome não tem a capacidade de se concentrar na sala de aula. “A fome é a necessidade básica de alimento que, quando não satisfeita, diminui a disponibilidade de qualquer ser humano para as atividades cotidianas e também para as atividades intelectuais” (SAWAYA 2006, p.135).

Além da fome, o adoecimento é presente na vida dos alunos, uma vez que a rotina desgastante e a ausência de uma alimentação compatível influenciam na sua imunidade e saúde, o que recai sobre seu desempenho escolar, como afirmou um professor:

Quando você tem um transporte bom e regular, um trajeto onde o aluno tem o conforto que ele se sente bem, mesmo enfrentando os ramais e vindo de dentro das cabeceiras esse aluno é motivado, isso deixa ele com vontade de vir até a escola, influenciando de forma positiva. Como não tem esse acesso, os alunos padecem muito, adoecem e sofrem com o trajeto longo (PARANÁ DO RAMOS).

Esse relato evidencia claramente que o trajeto dos alunos e outros aspectos já expostos influenciam no processo de ensino e aprendizagem. Ainda que os limites estejam para a não aplicabilidade efetiva do transporte escolar, leva-se em conta que essa política pública tem subsídio direto para a construção de novos mecanismos para a operacionalidade de um transporte escolar que respeite as condições dos alunos.

Diante de tantas dificuldades, os alunos continuam sendo submetidos a essa realidade para chegar até a escola, como em uma saga, nos braços do rio, por dentro de igarapés, no caminho pela mata, no levantar antes do sol na cabeceira. Para além do rio, esses alunos têm enfrentado uma vida repleta de desafios característicos de uma rotina adulta. No murmúrio do rio, sua sina é ir em busca de conhecimento. Navegar é preciso. Navegar é uma necessidade! Assim, enfrentar o banzeiro porque hoje tem aula é apenas uma das etapas para quem já acordou antes mesmo de descansar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa apontam uma população distante daquilo que é previsto nas diretrizes do movimento da educação do campo, bem como da aplicação de políticas públicas direcionadas a esse segmento, fortalecendo a crescente reafirmação da lógica capitalista, que menospreza as mais diversas formas de organização da vida, principalmente daquele que não têm como prioridade o lucro e a riqueza.

No que diz respeito às condições do transporte escolar fluvial dos alunos para as escolas no complexo Zé-Açú, identificou-se uma série de irregularidades, desde o repasse de verbas do governo aos municípios até o pagamento dos funcionários que operam o transporte escolar.

Foi constatado que os alunos usuários do transporte escolar faltam constantemente às aulas, em decorrência de quebra de peças, falta de pagamentos de condutores e condições climáticas. Tais aspectos fazem com que seu desenvolvimento escolar seja comprometido, uma vez que as aulas são interrompidas apenas para eles. Cabe destacar que esses alunos apresentam atraso escolar resultante da nucleação, visto que seu processo de alfabetização foi realizado nas escolas multisseriadas.

No cotidiano dos alunos, foram evidenciados, ainda, os seguintes aspectos que influenciam no processo de ensino e aprendizagem escolar: falta de comprometimento do poder público em realizar, de forma honesta, os repasses referentes ao transporte escolar; o trajeto tortuoso realizado para chegar até a escola; falta de um monitor para acompanhamento dos alunos no trajeto escolar; distância das residências dos alunos em relação ao ponto de embarque; ausência de fiscalização no transporte de alunos; falta de itens de segurança, como coletes e embarcações fora das diretrizes descritas pelo PNATE.

Tais aspectos influenciam em como os alunos chegam à sala de aula, sendo apontados pelos professores como desmotivados, cansados, em tempos de chuva

chegam molhados e com fardamento sujo, tímidos, abatidos e com fome. A isso, soma-se uma dupla jornada, visto que esses alunos trabalham em suas casas, junto aos pais, e realizam o trajeto escolar para chegar até a escola.

Todos estes fatores permitem considerar que o trajeto escolar e a rotina desses alunos influenciam em seus processos de ensino e aprendizado. Isso resulta em alunos que não têm acompanhamento e desenvolvimento escolar necessário para concluir seus estudos, sendo comum o abandono escolar como uma alternativa, optando-se pela rotina de trabalho junto aos pais.

ANSELMO FILHO, S.; NOGUEIRA, E. M. L. Face the *banzeiro* because today there is class: conditions of rural school transport in the lower Amazonas. Marília, v. 23, n. 01, p. 233-248, 2022.

ABSTRACT: School transport in Amazonas is the main public policy for thousands of students to have access to education in rural areas. In the municipality of Parintins, students who use this policy need to face a long path to get to the classroom, with the need to investigate whether aspects involving this path influence the teaching and learning process of these students. Thus, this study, which composes the results of a master's research, aims to analyze the conditions of school transport that takes students to schools in the Zé-Açú Complex, in the municipality of Parintins, in the state of Amazonas. For this, the research adopted a quantitative-qualitative approach, with the collection of semi-structured interviews of seven teachers from the Bom Socorro do Zé-Açú Community. The inclusion criteria were: being a school teacher for at least two years and being fully exercise of their activities. The results point to a neglect in the operation of school transport, which reflects the reality of numerous rural schools in the state of Amazonas.

Keywords: Countryside education, Public policy, School transport.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDEZ, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Programa Nacional de Apoio ao Transporte escolar – PNATE. Instituído pela LEI Nº 10.880, DE 9 DE JUNHO DE 2004. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao>. Acesso em: 28 maio 2020.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL. 2012.

GAVIOLI, Edilene Vargas. **O cotidiano das crianças usuárias do transporte escolar e a educação do campo em Buritis/RO**. 2016, 64 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ariquemes, 2016. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1120>. Acesso em: 08 jan. de 2021.

LEINEKER, Mariulce da Silva Lima; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. A educação do campo e os textos constitucionais: um estudo a partir da Constituição Federal de 1934. In: IX ANPED SUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO SUL. **Anais [...]**. 2012, p. 1-13. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1772/79>. Acesso em: 08 jan. de 2021.

MOLINA, Monica Castagna. A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo. In: FERANDES, Bernardo Mançano *et al.* **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

REIS, José João. Tambores e tremores: a Festa Negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Unicamp, Cectl, 2008.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre movimento camponês e estado. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 28, n. 01, p.459-490, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

RIBEIRO, R. A.; ESTELLES, R. S. A pesquisa transporte escolar rural: levantando dados qualitativos como subsídio às políticas públicas. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 23, 2009, Vitória, ES. **Anais**. p. 1-15. Disponível em: http://www.cbtu.gov.br/monografia/2009/trabahas/artigos/gestao/3_356_AC.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

SAWAYA, Sandra Maria. Desnutrição e baixo rendimento escolar: contribuições críticas. **Estudos Avançados**, 2006.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Territorialidades rurais no município de Parintins: habitus, circularidade da cultura e ethos ambiental na localidade do Zé Açú**. 2015. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4066>.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279419>. Acesso em: 8 out. 2019.